RESENHA

BASTOS, Aguinaldo de; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. **Ontologia da Violência: o Enigma da Crueldade**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2010, 264p.

Violência como morte da Alteridade

Renato Nunes Bittencourt*

O problema da violência é crucial no processo de desenvolvimento do pensamento filosófico, motivando assim algumas indagações fundamentais: de onde nasce a disposição humana para a agressividade? Qual a motivação básica para nos tornarmos agressivos em nossas experiências cotidianas?

A resposta dos autores de *Ontologia da Violência: o Enigma da Crueldade* é indubitavelmente muito pertinente para a resolução desse impasse existencial: a violência constituinte do plano da existência decorre de nossa incapacidade de compreendermos de maneira genuína o valor existencial da figura do Outro. Com efeito, todo tipo de signo, comportamento e disposição existencial que não coadune com nosso sistema simbólico de valores é geralmente imputado como o “mal”, o “estranho”, motivando-se assim os atos de violência que visam acima de tudo eliminar a existência concreta do diferente. Em decorrência de nossa miserável indisposição de não apenas tolerarmos a existência do Outro, mas de o afirmarmos em sua singularidade indissociável, promovemos todo tipo de ação em prol de sua eliminação efetiva.

Articulando importantes pensadores que problematizaram de forma competente e original o problema do enraizamento da

experiência da violência em nossa organização civilizatória, tais como Nietzsche, Erich Fromm e René Girard, os autores redigem uma cartografia filosófica sobre os princípios imanentes da ontologia da violência na existência humana, e o quão ela se revela castradora do potencial criativo da vida em suas mais diversas expressões. Conforme a exposição dos autores continuamente

debatida no decorrer do livro, encontra-se um indício plausível para a negação da alteridade na construção do aparato metafísico da cultura ocidental: uma vez que a realidade imanente, marcada pela fugacidade, pela instabilidade, impede a padronização da conduta e dos valores estabelecidos, faz-se uma guerra simbólica contra o devir, retirando-lhe toda autenticidade e significação para o desenvolvimento de uma experiência afirmativa da finitude.

Rebaixando e enfraquecendo o plano mutável da vida imanente, a metafísica, tal como criticada pelos autores de *Ontologia da Violência: o Enigma da Crueldade*, estabelece o discurso de que a plenitude existencial somente é encontrada em uma dimensão que controla e domina os perigos daquilo que é imediatamente efetivo, originando-se assim os discursos totalizantes acerca do real, cuja significação é projetada para uma dimensão estranha ao mundo de contradições em que estamos inseridos.

Por conseguinte, o tipo vital impotente, existencialmente fraco, encontra na metafísica um estimulante especial para a perpetuação de práticas de anulação do singular, que é sempre um “outro” perante o “Eu”. A palavra de ordem da consciência metafísica é: “Somente o universal é divino”.

Alheia ao plano da imanência da vida, a metafísica é a condição de possibilidade para o desenvolvimento da razão técnica, que legitima toda ação desmedida em relação ao âmbito natural da realidade que, apesar do seu indissociável jogo de oposições, apresenta em seu âmago o fluxo harmônico de interação dos contrários. Entretanto, o discurso metafísico não concebe a existência da singularidade no mundo, e encontra no abstracionismo científico a sua legitimação mais atual. Por isso a humanidade submetida ao postulado poder redentor da ciência se aliena cada vez mais de sua vivência interior, sua realidade inefável, para se adequar a parâmetros normativos onde não há lugar para a imprecisão. Considerando o mundo circundante ameaçador, a racionalidade científica propõe uma redução simbólica do real, onde tudo pode ser explicado pelo discurso competente da técnica.

Eis a grande questão a se pensar, tal como abordada de maneira crítica pelos autores: de que modo o tecnicismo imperante em nossa estrutura civilizacional se encontra associado ao apreço pela violência? Ora, é a racionalidade vazia que engendra os monstros da barbárie, pois, dissociada da experiência imanente, da interatividade interpessoal, a lógica científica trata apenas de abstrações, números. Os autores defendem então a tese de que, pelo fato de sermos humanos, a violência não surge da ausência de razão, mas por excesso da mesma. Perdemos a razão por sua

própria desmedida, e não existe violência que não seja racionalizada. Abole-se assim a tese tradicional, de crivo metafísico, de que as paixões humanas são a causa primordial de nossa corrupção moral.

A crítica ao projeto metafísico da moralidade ocidental proposta pelos autores representa, por conseguinte, a contestação dos valores metafísicos secularizados pela Modernidade, em especial a esperança na realização do progresso como percurso civilizatório rumo ao estado de aprimoramento contínuo da vida humana. O mito do progresso contínuo sustenta a violência contra a natureza e contra o Outro, pois quem detém o poder de transformar materialmente a realidade circundante se outorga o direito de retificar o mundo, explicitando assim a intensa carga moralista presente no seu discurso e nos seus atos. De acordo com esse ideário otimista da crença incondicional na razão técnica, poder-se-ia dizer: “fora da tecnocracia não há salvação”. Mediante tal profissão de fé, a industrialização desenfreada, descomprometida em relação a qualquer projeto de estabelecimento de vida sustentável, conduz a humanidade ao estado de degradação contínua, circunstância que representa mais uma das manifestações da violência no seio de nosso sistema civilizatório.

Nessas condições, cabe destacar que a experiência opressora da violência não se associa de forma alguma aos princípios existenciais da agonística, que é a nobre rivalidade existencial que promove, mediante a saudável emulação entre os concorrentes, o enriquecimento das disposições ativas dos indivíduos envolvidos nas experiências competitivas; mais ainda, no plano agônico das relações de forças, o “rival” vê a figura do Outro como um pólo indissociável de sua própria vida, valorizando assim a sua existência e utilizando-se de todos os meios disponíveis para preservá-la em sua

integridade. A ausência do Outro em nosso campo existencial das ações práticas impede que nos aprimoremos como seres humanos.

A ética autêntica é uma ética da alteridade, pressupondo assim a sua abertura para o diferente encarnado na imagem do Outro. É a presença da diferença em nossas relações existenciais que se torna a chave para a decifração necessária dos mistérios que envolvem a nossa própria singularidade, que é um “ser-para-o-outro”. Entretanto, a violência totalitária, manifestada nos mais diversos planos da civilização ocidental, por ser regida por disposições ressentidas contra o “diferente”, requer a sua supressão completa da existência, pois somente assim se torna capaz de obter felicidade. Conforme os parâmetros morais do espírito do ressentimento, somente o “igual” é belo, legítimo e divino; toda diferença é perturbadora, desestabilizadora da ordem. A aniquilação do Outro é o preço a ser pago para legitimar um tipo de existência incapaz de absorver a presença da diferença, a alteridade, como elemento necessário para a afirmação da singularidade.

Os autores enraízam as suas reflexões filosóficas na análise dos textos bíblicos, em especial nas narrativas evangélicas. Mediante a análise dos documentos neotestamentários, depreende-se de maneira evidente que a experiência crística originária significa a afirmação da diferença e a proclamação da unicidade entre o humano e o divino. A interação sagrada é desprovida de qualquer traço moral,

reinando assim apenas a beatitude que transfigura todas as coisas. Jesus, em sua práxis evangélica, demonstrou publicamente a força plástica do amor capaz de vencer todas as adversidades, temores, tristezas, justamente pela certeza da relação monista entre Deus e homem, promovendo assim uma atividade transfiguradora dos valores estabelecidos. Contudo, a institucionalização da fé cristã promoveu a hierarquização da experiência religiosa. Ao invés desta permitir a elevação humana ao patamar do sagrado a partir da experiência genuína do amor singular, antes manteve preso o indivíduo aos dogmas cristalizados e ao sistema de dominação ideológica promovida pelos detentores do poder sacerdotal; mais ainda, associada ao poder repressivo do Estado, a hegemonia eclesiástica cristã em sua configuração histórica fez valer a violência contra a diferença, encarnada nos hereges, nos judeus, nos muçulmanos, nos homossexuais, em suma, em todos os símbolos e corpos sociais que representam a imagem do grande Outro para nossa civilização cristã.

O estudo de *Ontologia da Violência: o Enigma da Crueldade* certamente se torna um exercício intelectual crucial para uma possível transformação da conjuntura social na qual estamos inseridos, caracteristicamente marcada pela recalcitrante incapacidade de acolhermos em nossa dimensão simbólica e existencial os valores éticos da alteridade, propiciando assim um nível de vida não apenas marcado pela tolerância, mas acima de tudo pela afirmação incondicional do modo de ser do Outro.

* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ e Professor do Curso de Comunicação Social da Faculdade CCAA.